

## RE-ESCLARECENDO O REUNI

No artigo intitulado “**Esclarecendo o REUNI**”, publicado no dia 11.09.2007 na home page da APUFPR ([www.apufpr.org.br](http://www.apufpr.org.br)), o Reitor da UFPR, Professor Carlos Augusto Moreira Júnior, afirma que "Em primeiro lugar é preciso esclarecer que o recurso destinado ao REUNI não terá qualquer contingenciamento por parte do governo federal e não está atrelado ao limite de 1,5% do PIB com gastos de pessoal, até porque já foi orçamentariamente definido pelo Presidente da República para o Ministério da Educação".

Realmente, não se trata de recurso contingenciado, pois isto já ocorre na elaboração do projeto de lei orçamentária mediante a aplicação da DRU, que desvia 20% da arrecadação de impostos para aumentar o superavit primário, baixando a base de cálculo dos 18% constitucionais para o financiamento da educação. Da mesma forma, as restrições com gastos de pessoal são, em geral, feitas quando da elaboração pelo governo federal do projeto de orçamento.

O governo federal previu no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2008, recentemente encaminhado para a apreciação do Congresso Nacional, a importância de R\$ 480 milhões para a implementação do REUNI, discriminados conforme o quadro abaixo, reproduzido do referido projeto:

Órgão: 26000 - Ministério da Educação  
 Unidade: 26101 - Ministério da Educação

R\$ 1,00

Quadro dos Créditos Orçamentários									Recursos de Todas as Fontes	
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização								Funcional	Valor
1073 8282	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI								12 364	480.000.000
1073 8282 0001	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI - Nacional .....(Seq:005965)									480.000.000
	- Vaga disponibilizada (unidade) 15000								F 3-ODC 2 90 0 112	174.157.480
									F 4-INV 2 90 0 112	305.842.520

Por ele podemos notar que existe a previsão de cerca de R\$ 174 milhões alocados no GND 3 ODC (Grupo de Natureza da Despesa 3 - Outras Despesas Correntes) e cerca de R\$ 306 milhões alocados no GND 4 INV (Grupo de Natureza da Despesa 4 – Investimentos). Não há nenhum recurso previsto na projeto da LOA 2008 para o GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais, especificamente vinculado ao REUNI ou a expansão das IFES, nos programas a cargo do MEC ou nos programas a cargo do MPOG. Assim, a possibilidade de contratação de professores ou servidores técnicos-administrativos dentro do REUNI, para 2008, cai na vala comum da incerteza, que já vem incidindo sobre as IFES nos últimos anos.

No caso dos professores, a possibilidade de contratação no quadro efetivo já está contingenciada pela vigência das Portarias Conjuntas MEC/MPOG 22/2007 e 204/2007 que fixaram o quadro de professores equivalentes para cada instituição. Assim, as contratações devem atender a aqueles parâmetros, que congelam a situação atual, exceto, pela possibilidade de, por exemplo, em havendo vaga, ao invés de contratar um professor em regime de DE contratar três professores em regime 20 horas ou converter as contratações de substitutos em contratações efetivas, ao longo do tempo.

É de se lembrar, também, que o horizonte do REUNI (o ano de 2012) extrapola o mandato do atual governo, que termina em 2010. O orçamento que compete ao governo sucessor não pode ser garantido, por decreto, pelo governo atual.

No parágrafo seguinte o Reitor coloca que "O MEC propõe um aumento de 20% no orçamento global da Universidade para a contratação de novos professores e servidores técnico administrativos, bem como, alocou dois bilhões de reais para o início das reformas físicas necessárias em todas as IFES. Este aporte de recursos será feito em parcelas e de acordo com as metas a serem atingidas pela instituição".

A colocação no mínimo confunde. Basta ler o decreto. Ele não fixa valores em R\$, mas há estimativas sobre estes valores no documento de Diretrizes do REUNI e no documento complementar a estas. Os 20% de aumento propostos pelo MEC são o progressivo implemento em até 20% até 2012 (final do REUNI). A simulação da progressão prevê R\$ 6,2 milhões para a UFPR, em 2008. Não há dois bilhões para o início do REUNI e sim cerca de R\$ 480 milhões, nos quais não há previsão explícita para contratações.

O Reitor segue adiante com a afirmação de que "Durante décadas a comunidade universitária tem clamado pela expansão da universidade pública como forma de alavancar o progresso do país e superar as imensas desigualdades existentes. Temos, insistentemente, pedido pela contratação de mais professores e técnico-administrativos. Urgimos por recursos para reformas de instalações físicas e laboratórios, bem como, a aquisição de novos equipamentos." Nisto estamos de acordo, pois tem sido intensa a luta do movimento docente contra o sucateamento das IFES e pela ampliação do ensino superior público, inclusive no noturno, mas feita com qualidade, o que não é possível com as metas impostas pelo REUNI e suas restrições.

Afirma o Reitor, ainda, que, "Em contrapartida, a única coisa que o MEC pede é um aumento da eficiência, tanto na diplomação quanto na relação estudante/professor. Os números da UFPR são os melhores entre as IFES. Temos 74% de diplomação e 14 estudantes por professor. Atingir as metas propostas pelo MEC não será tão difícil assim. Ainda, o aumento de vagas noturnas é uma necessidade que todos nós concordamos".

As metas, senhor Reitor, não são inocentes ou triviais. Elas são: (1) diplomação de 90% dos matriculados e (2) atingir a relação de 18 estudantes de graduação por professor.

A primeira delas, passar para 90% de diplomação, além de pretender desconhecer fatores históricos e inerentes ao contexto sócio/econômico onde as IFES estão inseridas, parece implicar uma perversão no modelo de qualidade que construímos, sobretudo quando não há no horizonte um projeto de melhoria no ensino médio.

A segunda, de atingir 18 estudantes de graduação por professor, implica que se a UFPR tem 14 estudantes por professor, passar para 18 significa um aumento de 28,6%. Esses 28,6% atingem o tamanho das turmas, a carga horária em sala de aula, o número de provas a serem corrigidas, etc. E, naturalmente, sem a contratação de novos professores, pois cada um eventualmente contratado que signifique acréscimo no parâmetro "professor equivalente" prejudicaria o cumprimento dessa meta.

Caso as novas vagas em cursos fossem distribuídas igualmente entre as áreas de conhecimento (Tecnológicas, Exatas, Saúde, Humanas e Educação), teríamos o ingresso (por vestibular) de cerca de 1.300 novos estudantes por ano, para resultar em cerca de

6.200 novos matriculados até o final do REUNI.

Essa necessidade de novas vagas na graduação poderia, certamente, ser diminuída pela ampliação da contribuição da pós-graduação, mas as suas reais possibilidades de gerar um impacto significativo, no caso da UFPR, são ainda desconhecidas. Há especificidades nas áreas de conhecimento, de infra-estrutura e do corpo docente, além da necessidade do cumprimento dos parâmetros estabelecidos pela avaliação da CAPES, que tornam a análise desta possibilidade bastante complexa.

Esta meta pretende desconhecer também que a UFPR já cresceu nos últimos 15 anos, com praticamente o mesmo número de docentes efetivos, 30% nas matrículas de graduação e também, nesse mesmo período, triplicou a sua pós-graduação e a sua produção científica. Assim, os professores já se encontram assoberbados com o trabalho.

O artigo do Reitor parece mais uma profissão de fé ou um discurso em defesa dos interesses políticos do governo federal.

Estamos em uma universidade e gostaríamos que a administração superior, ao invés de classificar o ANDES-SN de "atrasados", respondesse com dados objetivos como as metas do REUNI podem ser alcançadas, sem que isso implique o aumento da sobrecarga ou piora das condições de trabalho e da qualidade de ensino.

É consenso na comunidade acadêmica que temos que expandir a universidade pública, mas também é consenso que os recursos atuais estão insuficientes. Dobrar a vazão de diplomados com apenas 20% de investimento vai servir apenas para dourar as estatísticas dos políticos.

A UFPR construiu, ao longo dos seus quase cem anos de existência, uma reputação de instituição de excelência no Paraná, que cabe a cada um de nós, membros da comunidade acadêmica, zelar.

Curitiba, 12 de setembro de 2007.

Claudio Antonio Tonegutti (Dept. de Química)

Francisco de Assis Marques (Dept. de Química)

Lafaiete S. Neves (Dept. de Economia – aposentado – Diretor Regional Sul ANDES -SN)

Luis Allan Künzle (Dept. de Informática - Diretor Regional Sul ANDES-SN)

Milena Martinez (Dept. de Ciências Sociais - aposentada)

Sônia Guariza Miranda (Dept. de Planejamento e Administração Escolar)